

AUTÓGRAFO DE LEI № 016 /97

DE 22 DE MAIO DE 1.997.

"INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Predeita Municipal de Abadia de Goiás, no uso de suas atribuições conferidas pelas constituições Federal e Estadual, e ainda ba-' seada no que dispões a Lei Orgânica em vigor, FAZ SABER que, a Câmara Municipal de Abadia de Goiás, através de seus membros, APROVOU, e Eu Prefeita SANCIONO a seguin te lei:

# CAPÍTULO I Dos Objetivos

Art. 1º - Fica instituido o Conselho Municipal de Saúde - CMS - em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema único de Saúde - SUS - no âmbito Municipal.

Art. 2º - Sem prejuízo das funções do Poder Legis lativo, são competência do CMS:

I - Definir as prioridades de saúde:

II — estabelecer as diretrizes a serem observadas na eleboração do Plano Municipal We Saúde;

III – atuar na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;

IV - propor critérios para programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, acompanhabdo a ' movimentação e os destinos dos recursos;

V — acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços' de saúde prestados à população pelos órgãos e e tidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município;

VI — definir critérios de apualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados, no mbito do SUS;

TVII - definir critérios para celebração do Con-

tratos e Convênios entre o setor Público e as entidades privadas de saúde, no que '



tange à prestação de serviços de saúde;

VIII- apreciar previamente os Contratos e Convênios referidos no inciso anterios;

IX — estabelecer diretrizes quanta à localização e o tipo das unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS:

X - elaborar seu regimento intermo;

XI - outras atribuições estabelecidas em normas'

complementares.

#### CAPITULO II

Da estrutura e do funcionamento

Seção I

Da composição

Art. 3º - O CMS terá a seguinte composição:

I DO GOVERNO MUNICIPAL:

a - representante (s) da Secretaria de Saúde ou '

orgão equivalente;

b - representante (s) do órgão Municipal de Finan-

ças;

c- representante (s) do orgão de educação;

d - representante (s) do órgão de saneamento;

e - representante ( s) do órgão do meio ambiente;

II DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVA-

DDS:

a - representante (s) do SUS no âmbito estadual'

ou Federal, existentes no Município:

B - representante (s) dos prestadores privados '

contratados pelo SUS:

C - representantes(s) dos prestadores filantrópi

cos contratados pelo SUS.

III DOS TRABALHADORES DO SUS:

a = representante (s) das entidades de trabalha-

dores do SUS.

IV - DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Little



PARA A SAUDE:

a - representante (s) das escolas, faculdades, universidades sediadas no Município.

V - DOS USUÁRIOS:

a - representante (s) das entidades ou associa

ções comunitárias;

b- representante (s) dos sindicatos e entida-

des patronais;

c - representanter(s) dos sindicatos e entida-

des de trabalhadors;

d - representante (s) das associações de porta dores de deficiências e patologias.

§ 1 º - A cada titular do CMS corresponderá um suplente. O do Presidente será o vice, eleito pelos membros.

§ 2º - será considerada como existentes para '
fins de participação no CMS, ,entidades regularmente organizada ou reconhecida pela comunidade como ativa.

§ 3º — a representação dos trabalhadores do SUS no âmbito do Município, será definida por indicação das entidades representativas das diversas categorias.

§ 4º - O número de representates de que trata o inciso V do presente artigo ão serã inferios a 50% (Cinquenta por cento) dos 'membros do CMS.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do' CMS serão nomeados pela Prefeita Munciipal, mediante indicação:

I — da autoridade Estadual ou Federal corres—'
ponde, no caso de representação de órgãos estaduais ou Federais;

II - das respectivas entidades representadas '
no demais casos.

§ 1 º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha da Prefeita.

§ 2º - O secretário Municipal de Saúde é mem-'

§ 3º - Na ausência ou impedimento do presiden-

24 mg

bro nato do CMS.



te, a presidência do CMS será assumida pelo Vice-Presidente eleito pelos Membros.

Art. 5º - 0 CMS reger-se-à pelas seguintes dis posições, no que se refere a seus membros:

I - o exercício da função de Conselheiro não ' será remunerado, considerando-se como serviço público relevante;

II — os membros do CMS serão substituídos caso faltem, sem motivo justificado, a O3 (três) reuniões consecutivas ou O5 (cinco) 'intercaldas, no período de O1 ( um ) ano;

III — os membros do CMS poderão ser substituí—dos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada a Prefeita Municipal.

#### Seção II

#### DosFuncionamento

Art. 69 - O CMS terá seu funcionamento regido '

pelas següintes normas:

resolução.

I — o órgão de deliberação máxima é o plenário;

II — as sessões plenárias serão realizadas ordi

nariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando convocadas pelo presiden

te ou por requerimento da maioria dos votos dos presentes;

III - para realização da sessões será necessári a a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberá pela maioria dos votos dos presentes:

IV - cada membros do CMS, terá direito a um único voto na sessão plenária;

V — as decisões do CMS serão consubstanciada em •

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde presta rá o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 8º — Para melhor desenpenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – consideram—se colaboradores do CMS, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membro;



## Estado de Goiás

# CAMARA MUNICIPAL DE ABADIA DE GOIÁS

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessora o CMS em assuntos específicos:

III - poderão ser criadas comissões internas' constituidas por entidades membros do CMS e outres instituições, para promover es tudos e pareceres à respeito de temas específicos.

Art. 9º - As sessões plenarias ordinarias e ex traordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Paragrafo Único - As resoluções do CMS, bem co mo os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões, deverão ser' amplamente divulgadas.

Art. 10 - 0 CMS eleborará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.

Art. 11 - Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir crédito especial no valor de R\$ 5.000,00 ( cinco mil reais ) para promo-' ver as despesas com a instalação do Conselho Municipal De Saúde.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Presidênte da Câmara Municipal de Abadia de Goiás, (GO) ao, 22 dias do mês de Maio de 1.997.

EU PREFEITA MUNICIPAL SANCIONO

red elegal PUBLICADO EM 32105 197 TELMA MIRANDA ORTEGAL

Prefeita Municipal

Salvador Ludovico de A. Neto PRESIDENTE

RUA PELÁGIO LUCIANO ALVES - QD. 21 - LT. 10/11 - PARQUE IZABEL - CEP: 74.895-000 - ABADIA DE GOIÁS-GO